

Daniel de Oliveira Pontes

**MUTAÇÕES
NO INTERESSE
DE AGIR**

à luz do direito
processual
civil brasileiro
contemporâneo

Prefácio:
Humberto Dalla Bernardina de Pinho

Apresentação:
Paulo Cezar Pinheiro Carneiro

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2019

Copyright © 2019 by Daniel de Oliveira Pontes

Categoria: Acesso à Justiça

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Renata Chagas

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer
meio ou processo, inclusive quanto às características
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P814m

Pontes, Daniel de Oliveira

Mutações no interesse de agir à luz do direito processual civil brasileiro / Daniel de Oliveira Pontes. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.
188 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 155-171.

ISBN 978-85-519-1681-0

1. Acesso à justiça. 2. Interesse de agir. 3. Direito de ação. 4. Teoria da asserção. 5. Processo civil - Brasil. I. Título.

CDD 347

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

118/2019

Sumário

Apresentação.....	1
Prefácio	3
Introdução.....	5
1 O direito de ação, as condições da ação e o interesse de agir.....	9
1.1 As teorias acerca do direito de ação	9
1.1.1 Teoria imanentista ou civilista.....	9
1.1.2 Direito de ação como direito concreto	11
1.1.3 Direito de ação como direito abstrato	16
1.2 As condições da ação.....	20
1.2.1 Correlação entre condições e teorias da ação.....	20
1.2.2 Aferição das condições da ação.....	22
1.2.3 As críticas às condições da ação.....	25
1.3 O interesse de agir	28
2 Mutações legislativas no interesse de agir	35
2.1 O “interesse legítimo” do Código Civil de 1916 e do Código de Processo Civil de 1939	36
2.2 O apogeu das condições da ação e o interesse de agir no Código de Processo Civil de 1973.....	41
2.3 O interesse de agir no direito atual: o Código de Processo Civil de 2015.....	44
2.4 Conclusões parciais.....	48
3 A visão jurisprudencial acerca do interesse de agir: casos relevantes.....	51
3.1 <i>Habeas data</i> e o indeferimento administrativo de certidão	51

3.2 A necessidade de prévio requerimento administrativo perante o INSS.....	53
3.3 Exibição de documentos, prestação de contas e interesse de agir.....	54
3.4 Interesse de agir nas execuções fiscais de baixo valor	57
3.5 Autoexecutoriedade do ato administrativo e interesse de agir.....	58
3.6 O interesse de agir e as tutelas antecipadas que esgotam o pedido.....	60
3.7 Conclusões parciais: a teoria do interesse de agir e sua prática	61
4 A racionalização do interesse de agir frente ao acesso à justiça	63
4.1 O direito de ação como corolário do acesso à justiça: breve histórico	64
4.2 A problemática das restrições a direitos fundamentais	70
4.3 O redimensionamento do acesso à justiça.....	79
4.3.1 A necessidade de racionalização e de eficiência da atividade jurisdicional e os seus desafios	81
4.3.2 O reflexo no plano do interesse de agir.....	84
4.4 Parâmetros para novas conformações do interesse de agir.....	87
4.4.1 Base normativa	87
4.4.2 Existência de via própria e efetiva para fruição do direito material: o acesso ao direito	89
4.4.3 Análise de custo/benefício do ingresso em juízo	92
4.4.4 Conteúdo mínimo do direito de ação	93
4.5 Conclusões parciais.....	95
5 O interesse de agir na teoria da cognição	97
5.1 A cognição judicial.....	97
5.1.1 A cognição nos planos horizontal e vertical.....	100

5.1.2 A cognição plena como exercício completo do contraditório.....	105
5.2 A atividade cognitiva no interesse de agir	109
5.2.1 A exigência de documentos próprios para configurar o interesse de agir	111
5.2.2 A permanência do interesse de agir após a concessão das liminares satisfativas	112
5.2.3 A aquisição e a perda superveniente de interesse de agir.....	114
5.2.4 A eficácia ampliada da coisa julgada sobre as condições da ação	115
5.3 Conclusões parciais: ajustes na teoria da asserção para o interesse de agir.....	120
6 Outras mudanças no Direito Processual Civil e o interesse de agir.....	123
6.1 Jurisdição pacificadora: a exigência de conciliação ou mediação prévia.....	123
6.2 Desjudicialização.....	130
6.3 Processo Civil coletivo.....	135
6.4 Negócios jurídicos processuais.....	141
6.5 Conclusões parciais.....	145
Considerações finais.....	147
Referências	155